

1 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**
2 **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 13 DE JULHO DE**
3 **2020.**

4 Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte, às treze horas e quarenta e oito minutos, em
5 videoconferência - Plataforma ZOOM, reuniram-se representantes do Conselho Municipal dos
6 Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-Rio, com a presença de conselheiros de
7 direitos, titulares e suplentes, e de convidados, para tratar dos seguintes assuntos: **1- ECA 30**
8 **ANOS – “Conquistamos muito, mas ainda temos que avançar”**; **2-Edital Itaú Social 2020;**
9 **3-Infomes.** A assembleia foi iniciada pela presidente do CMDCA-Rio, conselheira Nancy
10 Soares Torres, que, desejando boas vindas aos participantes, reportou-se à data comemorativa
11 dos 30 anos de promulgação da Lei Federal n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do
12 Adolescente. Informou que a primeira parte da assembleia seria dedicada a evento avaliativo
13 dos avanços e desafios do ECA, com representantes de órgãos do sistema de garantia de
14 direitos convidados pelo CMDCA-Rio, seguida da aprovação da comissão de organização
15 proposta de participação do CMDCA-Rio no Edital Itaú Social 2020. Informou que no dia
16 17/07/2020, às 14 horas, ocorreria assembleia extraordinária, para a aprovação da ata da
17 reunião anterior, assim como das demais deliberações do órgão. Para início do evento em
18 comemoração aos **30 anos do ECA**, convidou a **Dra. Rosana Cipriano**, promotora de justiça da
19 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital para sua
20 explicação. A conselheira Lucimar Correa Pereira saudou os adolescentes e jovens presentes
21 ao evento. A Dra. Rosana Cipriano, congratulando-se com a concepção do evento em
22 comemoração aos 30 anos do ECA e cumprimentando a todos, observou que o CMDCA-Rio
23 exercia papel catalisador da participação social dos diversos atores do sistema de garantia de
24 direitos de crianças e adolescentes - SGD. Ressaltou que todos os operários da infância e da
25 juventude, como máquinas da proteção de crianças e adolescentes, estavam aniversariando
26 nesta data. Agradecendo ao convite, reforçou que o Ministério Público era parte da engrenagem
27 da organização de entidades, órgãos e pessoas mobilizados em dar voz a crianças e
28 adolescentes. Referiu-se a avanços desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, um
29 marco, de vanguarda, democrática e grande paradigma de mudanças de valores. Disse que o
30 Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, incorporava garantias de crianças e
31 adolescentes, mudando a concepção de que eram “objetificados”, de propriedade de seus pais.
32 Hoje eram sujeitos de direitos, com valorização do direito de personalidade, de serem dignos, de
33 serem ouvidos e com protagonismo. Lembrou que criança e adolescente eram prioridade
34 absoluta, embora a dotação orçamentária para garantia de seus direitos não atendessem a esse
35 princípio. Citou papel importante do sistema de garantia de direitos de fomentar mudanças de
36 cultura no atendimento à infância. Ressaltou que boas leis não faltavam ao país, citando largo
37 conjunto de leis que garantiam direitos a público. Fez referência a uma gama de não oferta de
38 políticas de atenção à infância e à adolescência, nas diferentes áreas, citando como exemplo
39 falta de investimento em educação e aquelas necessárias à prevenção e à recuperação do
40 adolescente em cometimento de ato infracional. Falou dos avanços dos dispositivos de
41 organização da sociedade civil como importante aparato tecnológico de aproximação da
42 população ao gestor das políticas. Reforçou que o campo da infância e adolescência tinha
43 excelente legislação, bastando dar concretude a estas. Lembrou que o constituinte originário
44 elegera a prioridade absoluta para crianças e adolescentes, porque eram o “amanhã do país”.
45 Ressaltou necessidade de aprimorar o planejamento orçamentário das políticas para crianças e
46 adolescentes, com fácil acesso para o controle público. Fez fala de incentivo ao SGD, que
47 diariamente participava de pequenos e grandes combates na defesa de direitos de crianças e
48 adolescentes. Citou o sucateamento dos conselhos tutelares, a exemplo do furto ocorrido no
49 Conselho Tutelar do Centro, com retirada de computadores e eletrodomésticos, defendendo
50 planejamento orçamentário que pudesse socorrer a tais emergências. Defendeu comunicação
51 desburocratizada, fluida, entre os diversos órgãos do SGD. Disse-se entusiasta do ECA, na sua
52 iniciativa de vanguarda. Reforçou que o ECA previa ações municipalizadas e que o SGD deveria

53 trabalhar numa perspectiva multidisciplinar. Finalizou afirmando que tinha mais o que
54 comemorar do que lamentar nestes 30 anos do ECA. Em continuidade ao evento, foi conferida a
55 palavra ao **Sr. Sergio Roque**, presidente da Associação de Conselheiros Tutelares do Município
56 do Rio de Janeiro, que cumprimentando a todos, apresentou condolências às vítimas da COVID-
57 19, em especial a três antigos conselheiros tutelares da cidade do Rio de Janeiro, falecidos em
58 função da pandemia. Com relação aos 30 anos do ECA, questionou sobre os avanços a se
59 comemorar. Fez referência à doutrina da situação irregular de crianças e adolescentes que
60 vigorava antes da Constituição Federal de 1988. Ressaltou o artigo 227 da Carta Magna que
61 estabelecia os direitos fundamentais de crianças e adolescentes e da sua regulamentação,
62 através do ECA, fruto de intensa mobilização social à época. Observou que nos últimos 30 anos
63 o Estatuto sofrera cerca de 30 modificações, que não mudavam a essência e os princípios
64 basilares que o estruturavam. Falando da realidade dos conselhos tutelares, citou como desafios
65 à garantia dos dispositivos legais o sucateamento dos conselhos tutelares da cidade. Referiu-se
66 a emenda parlamentar do deputado federal Alessandro Molon, que previa a utilização de
67 recursos públicos para construção do Conselho Tutelar de Referência do Centro da Cidade, que
68 ainda não fora implementado pela municipalidade. Lembrou do número aquém de CT na Cidade,
69 tendo em vista resolução do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente –
70 CONANDA, que estabelecia que para cada cem mil habitantes houvesse um CT. Fez referência
71 à lei municipal que previa a criação de mais dez CT e que ainda faltava um a ser instalado,
72 também sem previsão. Referiu-se ao SIPIA - Sistema de Informação para Infância e
73 Adolescência, ainda não implantado nos CT. Ressaltou que as políticas públicas a atender a
74 garantia de direitos de crianças e adolescentes não eram implementadas. Observou que o ECA
75 era vilipendiado constantemente. Avaliou que a democracia estava ameaçada na atualidade.
76 Conclamou todos à voz, à militância e à unidade de ação para que, por exemplo, não houvesse
77 a redução da idade penal, para defesa de direitos de crianças e adolescentes e para um ECA
78 para os próximos 30 anos. A **adolescente Rebecca Cassiano**, da Fundação Angélica Goulart,
79 mobilizadora da Rede Não Bata, Eduque e representante do CPA - Comitê de Participação de
80 Adolescentes do CONANDA, fez leitura de uma poesia escrita pelos adolescentes da Rede Não
81 Bata, Eduque sobre o ECA. Ressaltou que eram jovens com idades entre 15 e 16 anos e que
82 até hoje, passados 30 anos da aprovação do ECA, ainda se deparavam com violações daquela
83 época. Informou que cresceu participando das atividades da Fundação Angélica Goulart, onde
84 ingressou na militância. Falou que representava os adolescentes no CPA nacional desde o ano
85 de 2018. Lamentou que o CPA estava sem funcionamento no momento, mas com perspectiva
86 de ser retomado em futuro breve. Lembrou que o CPA, previsto para atuar nas esferas estadual
87 e municipal também não estava implementado. Inclusive, conforme observou, saíra como
88 proposta da Conferência Municipal da Criança e do Adolescente, em 2018. Defendeu que para
89 contar com a representação de crianças e adolescentes nos diferentes fóruns, era necessário dar
90 voz a estes, citando a importância do CPA. Teceu críticas quanto à nomeação do novo ministro
91 da educação, que em documentos anteriores havia manifestado o entendimento de que
92 processos de educação de crianças, adolescentes e jovens envolveria disciplina e até violência.
93 Lembrou que violências contra crianças e adolescentes traziam consequências para o seu
94 futuro, deixando marcas que não se apagavam com o tempo. Fez leitura de carta de repúdio da
95 Rede Não Bata, Eduque, assinada também pelo CEDECA-RJ e Fundação Angelica Goulart, que
96 exigia retratação do novo ministro e pregava políticas públicas de não violência. Despediu-se,
97 lembrando que muitos anos e lutas viriam, também pregando políticas de educação sem
98 violência. Se despedindo do evento, também, a Dra. Rosana Cipriano informou que há cerca de
99 um mês ingressara Ação Civil Pública em função de publicação que ensinava disciplina bíblica
100 aos pais para corrigir os filhos com o uso de “vara”. Lembrou da Lei Federal n.º 13.010/2014 –
101 Lei Menino Bernardo, que proibia o uso da violência física por pais ou responsáveis em crianças
102 e adolescentes, mesmo que fosse numa perspectiva daquela educação tradicional. Em
103 continuação ao evento, a conselheira **Inês Cristina Di Mare Salles**, conselheira do CMDCA-Rio
104 e representante da Rede de Desenvolvimentos da Maré, parabenizou a todos pelos 30 anos do

105 ECA, dizendo sentir-se honrada pelo convite, representando a Redes da Maré para todas as
106 crianças e adolescentes do município. Ressaltou que estar no CMDCA-Rio já era uma vitória,
107 uma vez que o Conselho, assim como todo o SGD, era uma disposição do ECA. Fez menção à
108 época do “descobrimento” do Brasil, em que nossos colonizadores aqui chegaram para
109 exploração de terras e riquezas naturais, não para construção. Referiu-se ao caráter de
110 assistencialismo de algumas práticas daquela época (Santas Casas, roda do expostos etc.), que
111 persistiam até os tempos atuais. Defendeu que a mudança de cultura era requerida. Lembrou da
112 concepção de sistema de garantia de direitos presente no ECA, mencionando o ditado africano
113 de que “era necessária uma aldeia inteira para cuidar de uma criança/adolescente”. Ressaltou
114 necessidade de participação social para a mudança de cultura. Reportou-se a esforços de
115 passado recente que garantiram a escolarização de pretos e pobres, essa mesma geração que
116 hoje contribuía para se pensar em temáticas como o racismo, por exemplo. Lembrou do ECA
117 como uma conquista, resultado do trabalho de vários segmentos da sociedade. Reportou-se a
118 mobilização do Movimento Nacional de Meninas e Meninas de Rua – MNMMR e rendeu
119 homenagem aos educadores do sistema socioeducativo, às mães que perderam seus filhos
120 vítimas da violência do Estado, ao educador Antonio Carlos Gomes da Costa, pela sua
121 inestimável contribuição na elaboração do ECA, dentre outros. Encerrou sua explanação com
122 trechos do poema “Das Pedras”, de Cora Coralina. A conselheira Nancy Soares Torres
123 agradeceu a participação dos palestrantes, justificando a ausência, por problemas técnicos, da
124 representante do CONANDA, Sra. Regina Leão. Abrindo a discussão para a plenária, o vereador
125 e conselheiro de direitos do CMDCA-Rio, Leonel Brizola agradeceu pelo evento, informando que
126 a sua assessora, a psicóloga Ana Carolina acompanhava as atividades do Colegiado. Ponderou
127 avanços em 30 anos do ECA, mas avaliou que ainda restavam questões não dignas de
128 comemoração na atenção a crianças e adolescentes. Reportou-se aos investimentos para
129 crianças e adolescentes pelo seu avô, o Sr. Leonel Brizola, nos seus anos de vida pública. A
130 conselheira Carla Marize Augusta da Silva agradeceu pelas explanações, em especial à
131 adolescente Rebecca Cassiano, o público alvo das ações do CMDCA-Rio. Na oportunidade
132 solicitou apoio ao vereador Leonel Brizola para inclusão do orçamento do Fundo Municipal para
133 Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMADCA na proposta orçamentária do
134 município. O conselheiro Celso de Souza Cunha, agradecendo aos convidados, informou que o
135 Sr. Alfredo Gomes da Costa, irmão do falecido Antonio Carlos Gomes da Costa, que
136 assessorava o SESI/RJ no desenvolvimento do Projeto ViraVida, estaria em evento remoto
137 (*live*), no dia 28/07/2020. A Sra. Teresa Maria da Silva, membro do MNMMR e servidora da
138 Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH, avaliou que nesses
139 30 anos do ECA havia o que comemorar, mas que também tinha o que não se comemorar.
140 Concordou que as manifestações pregressas do atual Ministro da Educação sobre o educar com
141 violência vinha na contramão das bandeiras de luta do ECA. Saudou os que militaram pelos
142 direitos de crianças e adolescentes, remetendo-se ao contexto para aprovação do ECA, em que
143 o MNMMR levou ao plenário do Congresso Nacional um grupo de meninos e meninas em
144 situação de rua. Defendeu necessidade de retorno às ruas para reafirmar os direitos de crianças
145 e adolescentes. A Sra. Isabel Monteiro, da entidade IBISS, saudou a todos, também avaliando
146 que havia pouco a se comemorar na atual conjuntura. Fez menção à escolarização das
147 populações pobres em tempos de pandemia e ensino remoto, com os alunos sem acesso a
148 computador e internet, por exemplo. Avaliou o cenário como entristecedor. A conselheira
149 Lucimar Correa Pereira defendeu que os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente só
150 tinham sentido na comemoração se o SGD de crianças e adolescentes continuasse acreditando
151 nele. Lembrou o cenário de violência contra crianças e adolescentes, a crise na educação, as
152 mortes de crianças e adolescentes pela polícia, defendendo necessidade de que todos os atores
153 do SGD continuassem acreditando no projeto do ECA. Houve apresentação do Vídeo “Olhar das
154 crianças para os 30 anos do ECA”, uma produção da comissão e assessoria de comunicação
155 social do CMDCA-Rio. **2-Edital Itaú Social 2020:** foi informado sobre a decisão do CMDCA-Rio
156 de apresentar proposta do município do Rio de Janeiro para o Edital Itaú Social 2020, na

157 Modalidade 1 - “Atendimento ou acolhimento de crianças e/ou adolescentes por meio de
158 programas ou serviços, tendo em vista a defesa, proteção e promoção dos direitos desse
159 público”. O conselheiro Guilherme Maltarollo de Moraes Rego, coordenador da Comissão de
160 Orçamento, informou da decisão do CMDCA-Rio de apresentação de proposta concorrente ao
161 Edital Itaú Social 2020, como forma de preitear aporte de recursos financeiros ao FMADCA,
162 tendo em vista o seu orçamento e a perspectiva de agravamento da questão social de crianças e
163 adolescentes no contexto da pandemia da COVID-19. Foi apresentada a Deliberação n.º
164 1.383/2020, de constituição da comissão organizadora da proposta do CMDCA-Rio para o Edital
165 Itaú Social 2020, que foi aprovada pelos seguintes conselheiros de direitos presentes à
166 assembleia: Bruno Bernardo de Jesus, do Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e
167 Desenvolvimento / ISBET; Carla Marize Augusta da Silva, da Guarda Municipal do Rio de
168 Janeiro -GM RIO; Celso de Souza Cunha, do Serviço Social da Indústria - SESI/RJ; Daniele
169 Ramos de Almeida, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação –
170 SMDEI; Guilherme Maltarollo de Moraes Rego, do Lar Paulo de Tarso / Solar Meninos de Luz;
171 Inês Cristina Di Mare Salles, da Associação Redes de Desenvolvimento da Maré – REDES; Julio
172 Almeida de Freitas, do Lar Fabiano de Cristo; Lucimar Correa Pereira, Associação Beneficente
173 São Martinho / Província Carmelitana de Santo Elias; Márcia Rodrigues Pires, da Secretaria
174 Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia; Nancy Soares Torres, do Centro de Defesa
175 dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA – RJ; Paula da Silva Caldas, da Secretaria
176 Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH; Sandra Maria da Silva
177 Marques, do Abrigo Evangélico da Pedra de Guaratiba; Priscila Pereira da Silva, da Fundação
178 Roberto Marinho; e, Vania Mara da Silva Rodrigues, da Secretaria Municipal da Casa Civil. **3-**
179 **Informes:** o conselheiro Geciel de Almeida, coordenador do Grupo de Trabalho de Medidas
180 Socioeducativas em Meio Aberto, informou que no dia 16/07/2020, às 14 horas, ocorreria evento
181 remoto (*live*), no contexto de comemoração aos 30 anos do ECA, tendo como pauta o
182 atendimento ao adolescente no cumprimento de medidas em meio aberto, com a participação do
183 promotor de justiça de Minas Gerais, Dr. Marcio de Oliveira e da coordenadora da Comissão
184 Municipal do Sistema de Atendimento Socioeducativo, assistente social Edilene dos Santos, com
185 a mediação da Sra. Corine Sciortino, representante do Fundo das Nações Unidas para Infância
186 e Adolescência – UNICEF, além de participação especial do jovem Jhonatan da Silva, egresso
187 do sistema socioeducativo. A conselheira Nancy Soares Torres informou que o CMDCA-Rio, no
188 contexto de comemoração dos 30 anos do ECA vinha promovendo eventos remotos, previstos
189 até o mês de setembro de 2020, cuja programação estava disponível no *site* cmdcario.com.br. O
190 Sr. André Rangel, da ONG CON-TATO, informou que o Conselho Regional de Psicologia
191 desenvolvia, no decorrer do mês de julho, uma série de eventos remotos em comemoração aos
192 30 anos do ECA. Não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17h00 e a
193 ata segue assinada pela Presidente e Primeira e Segunda Secretárias, em 13 de julho de 2020.

Nancy Soares Torres
Presidente

Lucimar Correa Pereira
Primeira Secretária

Marcia Rodrigues Pires
Segunda Secretária